



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
TERMO DE REFERÊNCIA

(Contratação de serviços SEM dedicação exclusiva de mão de obra, exceto de informática)

NP 01:Termo de Referência-Serviços SEM dedicação exclusiva de mão de obra, exceto TIC Nº 23/2025 - ASSESSORIA DE SEGURANCA INSTITUCIONAL

Orientações para elaboração do **Formulário V-02- Termo de Referência** encontram-se disponíveis na Intranet do PJES, em "Norma de Procedimentos" - Formulários da NP 01 - Sistema de Compras, Licitações e Contratos.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO / UNIDADE DEMANDANTE

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Contratante:

Nome Empresarial: Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
CNPJ (MF): 27.476.100/0001-45
UASG: 925968
Inscrição Estadual: Isento
Inscrição Municipal: Isento
Rua Desembargador Homero Mafra, 60
Enseada do Suá
CEP 29050-906 - Vitória - ES
Tel. (27) 3334-2761
E-mail: asi@tjes.jus.br

Unidade Demandante:

Assessoria de Segurança Institucional

Gestor da Unidade Demandante:

Artur Henrique Matos da Cunha

2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1 OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Locação de Equipamentos e Monitoramento de Sistemas de Alarmes 24h por dia, 7 dias por semana nas Unidades Judiciárias do Espírito Santo.

2.2 CÓDIGO

CATSER: 14818 - Locação de equipamento Alarme e 14826 - Instalação/Manutenção/Monitorização Sistema Alarme/Segurança.

2.3 NATUREZA DO SERVIÇO

Trata-se de Serviço comum.

2.4 CONTINUIDADE

Trata-se de serviço contínuo.

2.5 QUANTITATIVO

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
5.1	Locação de Central de Alarmes	90	R\$	R\$
5.2	Locação de Teclado Digital	150	R\$	R\$
5.3	Locação de Sirene Eletrônica Interna/Externa	150	R\$	R\$
5.4	Locação de Sensor de Movimento Interno	2150	R\$	R\$

5.5	Locação de Sensor de Movimento Infravermelho Sem Fio	100	R\$	R\$
5.6	Locação de Sensor de Movimento Externo	120	R\$	R\$
5.7	Locação de Botão de Pânico sem fio	350	R\$	R\$
5.8	Locação de Sensor de Porta e Janela sem fio	300	R\$	R\$
5.9	Locação de Fechadura Eletrônica	50	R\$	R\$
5.10	Locação de Central Eletrificada para Cerca	50	R\$	R\$
5.11	Locação de Cerca Eletrificada 400m de perímetro	50	R\$	R\$
5.12	Monitoramento e suporte dos sistemas de alarmes.	90	R\$	R\$
TOTAL MENSAL				R\$
TOTAL ANUAL				R\$

No ANEXO I - Quantitativo de equipamentos por localidade (2776174) encontra-se planilha com detalhamento da quantidade prevista de cada equipamento nas localidades do Poder Judiciário do Espírito Santo.

Para definição da quantidade solicitada, tomou-se como base o quantitativo presente no atual contrato de locação e monitoramento de sistemas de alarmes. Foram realizados apenas pequenos ajustes com propósito de aprimorar a cobertura presente, e também devido a algumas Unidades Judiciárias terem mudado de imóvel e à utilização de novos imóveis por parte do PJES.

As alterações de quantitativo em relação ao Contrato anterior foram definidas mediante estudo realizado pela equipe técnica da Assessoria de Segurança Institucional, tomando como base as demandas de segurança de cada localidade e suas estruturas físicas. A essas informações foram aplicados os padrões de disposição e empregabilidade de equipamentos utilizados no presente Contrato para definição do quantitativo e das especificações de equipamentos necessárias.

2.6 PARCELAMENTO

A contratação em lote único para a instalação e monitoramento de sistemas de alarmes nos prédios do Poder Judiciário do Espírito Santo se justifica pela necessidade de padronização tecnológica, uniformidade nos procedimentos de segurança e centralização da gestão contratual. A divisão em múltiplos lotes poderia gerar disparidades na qualidade dos equipamentos e dos serviços prestados, dificultando a integração dos sistemas e comprometendo a efetividade do monitoramento. Além disso, a administração e fiscalização de diversos contratos simultâneos acarretaria maior complexidade e aumento de custos operacionais, além de dificultar o controle e a responsabilização em casos de falhas. Com o lote único, é possível garantir maior eficiência na implantação do sistema, uniformidade no treinamento dos usuários, economia de escala e uma resposta mais rápida e coordenada às ocorrências de segurança, contribuindo para a proteção do patrimônio público e das pessoas que circulam nas dependências do Judiciário.

Desta forma, a presente solução se dará em LOTE ÚNICO.

2.7 MODELO DE CONTRATAÇÃO

A contratação se dará no formato de pregão, não sendo adotado o formato de Registro de Preços.

2.8 PRAZO DE VIGÊNCIA

O Contrato possuirá duração prevista de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação do extrato do contrato, sendo prorrogável ao limite de 10 (dez) anos, em atendimento ao art. 6º, XXIII - "a", da Lei no 14.133/2021.

3 - OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A grande maioria dos prédios do PJES contam com contingentes de segurança através de postos de vigilância armada e/ou Policiais militares da Reserva remunerada, entretanto, esse contingente, na maioria das unidades, atua somente durante o horário de expediente. O objetivo da presente contratação é dotar as unidades judiciárias de sistemas de segurança eletrônica capazes de garantir a devida proteção, a essas unidades, em tempo integral.

Através dos equipamentos que serão locados e monitorados será possível acompanhar e garantir que os Fóruns e as unidades judiciárias estarão seguros contra: intrusões, vandalismos, furtos e danos.

4 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O crescimento da criminalidade e as várias formas com que ela se manifesta, obriga a adoção de cuidados igualmente diversificados, principalmente em relação ao cuidado com o patrimônio e as atividades desenvolvidas por seus agentes, razões pelas quais obriga o gestor público a decidir sobre ações mais aprimoradas no cuidado com a segurança nestes ambientes públicos.

O perfil da criminalidade apurada pelo Judiciário brasileiro nos últimos tempos sofreu profundas mudanças, as quais têm sido registradas com frequência cada vez maior e preocupante, gerando corrupções sistêmicas nas diversas esferas, ameaças a magistrados e servidores, sobretudo a aqueles que exercem suas funções nas Varas Criminais.

Some-se a isso a crescente insegurança com a qual convive a sociedade de maneira geral, onde a agressão por motivos banais tem alcançado índice cada vez maior.

Nesse contexto, em abril de 2010, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 104/2010, a qual dispõe sobre medidas administrativas voltadas à segurança, orientando os Tribunais quanto a estratégias a serem adotadas para esse fim, recaindo sobre o gestor ou administrador público o dever de zelar pelo erário e de possibilitar um mínimo de segurança aos servidores e membros dos poderes do Estado, mormente ao exercício hodierno da atividade jurisdicional.

Após isso, o Conselho Nacional de Justiça, no último dia 10 de junho de 2013, publicou a Resolução nº 176, dispondo sobre o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e outras providências, recomendando uma série de medidas mínimas para a segurança de magistrados, como controle do fluxo de pessoas em suas instalações; obrigatoriedade quanto ao uso de crachás; instalação do sistema de segurança eletrônico, incluindo as áreas adjacentes, entre outras recomendações.

Mais a mais, o objeto desta contratação está alinhado ao tema Infraestrutura do Planejamento Estratégico do PJES, que tem como objetivo prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com segurança.

Neste aspecto, aludido sistema de monitoramento de alarmes é uma importante ferramenta na prevenção de possíveis delitos, uma vez que inibe a circulação de pessoas nas dependências internas e externas das unidades e subunidades pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, em períodos fora do expediente, já adotado por diversos outros Órgãos da Administração Pública tanto federal como estadual.

Não obstante, a futura implantação dos sistemas não exclui a necessidade da vigilância efetuada por agentes de segurança judiciária e vigilantes terceirizados durante o período administrativo, mas garante uma maior eficiência das ações de repressão, além de antecipar as ações de prevenção. Os equipamentos serão implantados observando as características peculiares de cada edificação.

Mais a mais, apesar de não impactar no quantitativo de agentes de segurança que atuam durante o dia, os sistemas de monitoramento eletrônico permitirão a revisão dos contratos de vigilância armada e haverá possibilidade de supressão de postos de vigilância noturna.

Da justificativa para nova contratação

Hoje o PJES já possui um contrato de monitoramento por sistemas de alarmes, Contrato nº F038/2021, e abrange as unidades do PJES. Entretanto, com o eminente término da vigência do Contrato, faz-se necessário autuação de novo processo de contratação. A ASI optou por uma nova contratação com o objetivo de manter a atuação desse sistema, além de realizar pequenas atualizações no escopo do objeto, a fim de torná-lo mais eficiente na garantia da segurança. O Sistema de Monitoramento por Alarmes que tem se mostrado de grande valia nas ações de prevenção de incidentes de segurança nas unidades do PJES e permitirá a redução do gasto com Vigilância Patrimonial armada.

Da justificativa para contratação por lote único

A fim de mantermos o princípio da padronização da solução, bem como um eficiente gerenciamento do contrato, e ainda a excelência no serviço prestado, resolveu-se adotar uma contratação em caráter de preço por lote único. Essa forma de contratação proposta é a que possibilitará flexibilidade e equidade na aplicação dos recursos de monitoramento nos espaços do Poder Judiciário do Espírito Santo. Por questões de segurança, a solução necessita operar de modo integrado, tendo em vista o risco de incompatibilidade técnica entre sistemas fornecidos por empresas diferentes.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A presente solução consiste em contratar empresa especializada para instalação e locação de equipamentos de sistemas de alarmes nos prédios do Poder Judiciário do Espírito Santo, bem como prover o monitoramento ininterrupto destes equipamentos, acionando os contatos disponibilizados pela CONTRATANTE e os órgãos competentes em caso de intrusões e demais emergências.

Através dos equipamentos que serão locados e monitorados será possível acompanhar e garantir que os Fóruns e as unidades judiciárias estarão seguros contra: intrusões, vandalismos, furtos e danos.

1. Locação de Central de Alarmes

- 1. Característica Técnica**
2. Central de alarme monitorada;
3. Deverá ser perfeitamente compatível com todos os demais itens ofertados;
4. Deve permitir a utilização de 15 partições independentes;
5. Deve permitir a conexão de 15 teclados LCD ou Touchscreen;
6. Deve permitir a conexão de 32 zonas sem fio;
 1. A comunicação junto à central poderá ser feita diretamente, via teclado digital, ou mediante módulo receptor;
 2. Caso necessário, o módulo receptor deverá ser fornecido em conjunto;
7. Deve permitir a conexão de 4 sirenes;
8. Deve permitir a conexão de 50 botões de pânico/controles remotos sem fio;
 1. Deve identificar cada botão de pânico individualmente, tanto na comunicação com a Central de Monitoramento, quanto na exibição do evento nos teclados;
 2. O alcance da comunicação com os botões deverá ser de no mínimo 100 metros, sem barreira;
9. Deve permitir a conexão de 90 sensores infravermelho;
 1. Deve possibilitar a identificação de cada sensor individualmente, tanto na comunicação com a Central de Monitoramento, quanto na exibição do evento nos teclados;
10. Deve possuir 1 saída PGM com relé, sendo expansível para até 16 PGMs;
11. Deve possuir as funções de pânico, emergência e zona 24 horas;
12. Deve possuir carregador de bateria inteligente, com proteção contra curto-circuito ou inversão de polaridade;
13. Deve possuir temporização e função de teste de sensores;
14. Deve suportar conexão de sensores de abertura, presença e conexão com a central de cerca eletrificadora;
15. Dispor de fonte chaveada full range de 90 - 265 VAC (automática);
16. Permitir o cadastro de no mínimo 90 senhas de acesso, e no mínimo 01 senha de coação.

17. Deve possuir buffer de no mínimo 512 eventos;
18. Deve permitir supervisão dos dispositivos sem fio, como atividades de leitura de presença dos dispositivos, abertura, fechamento e detecção de bateria baixa;
19. Apresentar sistema de verificação de sabotagem da fiação dos sensores e dos dispositivos do barramento, como os teclados e receptores;
20. Possuir funções de segurança, como detecção de sobrecarga na saída auxiliar, detecção de curto de corte da sirene e detecção de corte de linha telefônica;
21. Deve possibilitar configuração de zona 24h com aviso sonoro;
22. Deve possuir a função anunciador de presença por zona;
23. Deve ainda possuir fusíveis de proteção rearmáveis, bem como indicação de bateria fraca de sensores sem fio;
24. Seu gabinete de proteção poderá ser plástico, desde com alta resistência, e deverá prover alojamento para bateria;
25. Saída da fonte 12 VDC;
26. As saídas PGM's programadas deverão fornecer uma alimentação de 12 VDC com corrente de no máximo 50 mA;
27. O carregador de bateria terá de oferecer uma tensão de 12 VDC;
28. Deve ser instalada caixa de passagem com disjuntor para alimentação da central de monitoramento. A Alimentação elétrica deverá ser obtida de um ponto elétrico indicado pela Contratada à época da instalação.

29. Características de Comunicação

30. Deve possibilitar reportagem de eventos através de rede Ethernet (TCP/IP), podendo ser de forma modular, para no mínimo 2 destinos IP;
 1. Cada central de alarme deverá se conectar, via cabo Ethernet, à rede de Internet fornecida pela **CONTRATADA**, com pacote de dados suficiente para garantir a intercomunicação com a Central de Monitoramento.
31. Deve ter conexão GPRS, de forma modular, que seja Quadriband (850-900-1800 e 1900 MHz), com chip (SIM Card) de celular e seu GPRS deve ser de classe 10;
32. Deve possibilitar a comunicação pessoal por meio de discadora linha fixa, mensagem de texto (SMS) ou aplicativo de notificação;
33. Deve suportar a função supervisão do link ethernet com intervalos de tempo configuráveis;
34. Deve possibilitar operação com IP fixo ou dinâmico, bem como possuir capacidade para conexões com destinos DNS;
35. Possuir software para download e upload (plataforma Windows), compatível com a maioria dos modems convencionais;
36. Permitir download e visualização de pelo menos os últimos 256 eventos com informações de registro de data e hora;
37. Deve possuir compatibilidade com modems ADSL, HUB's e roteadores disponíveis no mercado;
38. Deve oferecer opções de escolhas de quais eventos serão reportados;
39. Permitir no mínimo 2 contas de monitoramento;
40. Ainda deve dispor de pelo menos reportagem normal, dupla e split;
41. Totalmente compatível com os outros itens desse TR.

2. Locação de Teclado Digital

1. Teclado para central de alarme monitorada;
2. Deve possuir visor LCD com ao menor 32 caracteres;
3. Permite o acionamento de todas as partições da Central de Alarmes;
4. Permite personalizar o nome dos usuários e das zonas;
5. Visualização de problemas;
6. Visualização de data e hora;
7. Visualização de todas as zonas disponíveis;
8. Visualização de memória de disparo;
9. Visualização de eletrificador armado;
10. Sinalização do status das partições;
11. Deve indicar o status do sistema, seja desarmado, armado ou em disparo;
12. Deve permitir a visualização das zonas que dispararam no último arme;
13. Deve permitir a identificação individual do botão de pânico acionado;
14. Possuir função pânico;
15. Proteção contra violação (tamper);
16. Sinalização sonora durante operação;
17. Deve permitir a atualização do *firmware*;
18. Deve permitir inibir zonas específicas do sistema;
19. Deve possuir ao menos uma saída PGM;
20. Deve permitir o acionamento da Fechadura Eletrônica - Item 9;
21. Idioma português.
22. Totalmente compatível com os outros itens desse TR.

3. Locação de Sirene Eletrônica

1. Totalmente compatível com a central de alarmes.

2. Potência audível de 110~120 dB @ 1 metro.
3. Sirene com grau de proteção IP66.
4. Proteção anti-vandalismo.
5. Bateria interna para casos de violação, capacidade mínima 1h.
6. Totalmente compatível com os outros itens desse TR.

4. **Localização de Sensor de Movimento Interno**

1. Totalmente compatível com a central de alarmes.
2. Sensor de infravermelho micro controlado passivo que possui tecnologia de detecção por raios infravermelhos passivos;
3. Deve ser destinado para ambientes internos;
4. Deve possuir ajuste de sensibilidade e compensação automática de temperatura;
5. Possuir imunidade à luz branca de pelo menos 20.000 lux;
6. Possuir também uma alta imunidade a RFI/EMI;
7. Possuir duplo sensor PIR e uma imunidade a animais domésticos de até 20 Kg;
8. Possuir uma chave antiviolação para tampa frontal inferior;
9. Permitir acionamento por detecção de movimento;
10. Sua tensão operacional deve ser entre 9 e 16 VDC, com corrente menor ou igual a 20 mA;
11. Possuir um ângulo de varredura de no mínimo 90° e alcance de detecção de pelo menos 12 metros;
12. Permitir instalação em alturas entre 2,1 m a 2,2 m;
13. Totalmente compatível com os outros itens desse TR.

5. **Localização de Sensor de Movimento Infravermelho Sem Fio**

1. Totalmente compatível com a central de alarmes.
 1. A comunicação junto à central poderá ser feita diretamente, via teclado digital, ou mediante módulo receptor;
 2. Caso necessário, o módulo receptor deverá ser fornecido em conjunto;
2. Sensor infravermelho micro controlado passivo que possui no mínimo tecnologia de detecção por raios infravermelhos passivos;
3. Sensor com tecnologia sem fio;
4. Possuir duplo sensor PIR e uma imunidade a animais domésticos de até 20 Kg;
5. Ângulo de detecção de no mínimo 88,5°;
6. Alcance de detecção mínimo de 11m;
7. Comunicação bidirecional sem fio supervisionada e criptografada;
8. Alcance de comunicação mínimo de 35 metros com barreiras ou 200 metros sem barreira;
9. Deve possuir ajuste de sensibilidade e compensação automática de temperatura;
10. Possuir chave antiviolação;
11. Permitir instalação em alturas entre 2,1 m a 2,2 m;
12. Consumo máximo em operação de 75 mA e de 15 uA em repouso;
13. Autonomia de operação da bateria de no mínimo de 1 ano;

6. **Localização de Sensor de Movimento Externo**

1. Sensor de presença de processamento de sinal micro controlado e com tripla tecnologia – infravermelho passivo, micro-ondas e função Pet Immunity;
2. Deve possuir tecnologia micro-ondas que permite ao sensor realizar uma leitura precisa do ambiente, minimizando a possibilidade de disparos indevidos;
3. Ângulo de detecção deverá ser de no mínimo 90°;
4. Deverá possuir faixa de detecção e potência ajustáveis na tecnologia micro-ondas;
5. O pirossensor deverá ser de baixo ruído e de sensibilidade ajustável;
6. A imunidade a animais rasteiros deverá ser de peso inferior 30 kg;
7. Deve permitir sua instalação a uma altura de pelo menos entre 1,8 a 2,2 metros;
8. Deverá possuir chave antiviolação (tamper);
9. Deverá possuir compensação real de temperatura, permitindo que o sensor seja instalado em locais com mudanças climáticas extremas, possuindo a capacidade de se adaptar a qualquer ambiente;
10. Seu sistema deverá possuir proteção para ser imune a interferências eletromagnéticas e radiofrequência (RFI/EMI);
11. Possuir Índice de Proteção IP65, permitindo sua instalação em ambientes internos e externos (com sol, chuva, poeira e demais condições adversas);
12. Sua alimentação deverá ser com tensão de operação de 9 a 16 VDC e corrente de no máximo 30 mA a 12 VDC;
13. Deverá vir acompanhado de suporte que permita instalação em postes, paredes ou cantos sem alterar suas características originais, mesmo quando instalado em ambientes externos;
14. Totalmente compatível com os outros itens desse TR.

7. **Localização de Botão de Pânico sem fio**

1. Resistência a água.
 2. Possibilitar o envio imediato de um sinal de pânico *wireless* para a receptora da central de alarmes.
 1. A central de alarmes deverá identificar cada botão de pânico, diferenciadamente.
 2. A informação exata de qual botão de pânico foi acionado deverá ser visualizada no teclado digital;
 3. Deve ser imune a interferências elétricas e mecânicas.
 4. Frequência de operação 433,92 MHz com ressonador SAW (não perde a calibração);
 5. Bateria de lítio de longa duração, 3 VDC (CR2032);
 6. Possuir alcance do RF de 100 m em áreas livres de obstáculos;
 7. Deverá ser fixado em local indicado pela Contratante mediante fita dupla face;
 8. Totalmente compatível com os outros itens desse TR.
- 8. Locação de Sensor de Porta e Janela sem fio**
1. Sensor que permite captar a abertura de portas ou janelas.
 2. Possuir alcance do RF de 100 m em áreas livres de obstáculos;
 3. Deve ser imune a interferências elétricas e mecânicas.
 4. Frequência de operação 433,92 MHz
 5. Possuir bateria de longa duração, a ser fornecida e trocada pela empresa contratada.
 6. Possibilitar o cadastro na central de alarmes.
 7. Totalmente compatível com os outros itens desse TR.
- 9. Locação de Fechadura Eletrônica**
1. Fechadura Elétrica de Sobrepor;
 2. Totalmente compatível com a central de alarmes.
 3. Acionamento com autenticação através da central de alarmes, via teclado digital.
 4. Pode ser utilizada em portas de metal ou madeira.
 5. Possuir fonte de alimentação.
 6. Permite a abertura tanto à direita como à esquerda.
 7. Deve vir acompanhada de botoeira para abertura interna.
 8. Ser fornecida com 2 chaves mecânicas, para acesso e abertura em casos de emergência.
- 10. Locação de Central Eletrificada para Cerca.**
1. Deve atender às normas NBR IEC 60335-2-76: 2007 e NBR 335-1: 1996.
 2. Devem ser observados os cuidados previstos na Lei nº 13.477/2017.
 3. Deverá ser instalado dentro das normas técnicas vigentes de modo a gerar proteção ostensiva, sem gerar riscos fatais a quem venha tocar na fiação que compõe a instalação;
 4. Deve possuir certificação do INMETRO.
 5. Deve permitir o arme e desarme da cerca eletrificada através da central de alarmes, via teclado digital.
 6. Comunica à central de alarme o estado da cerca elétrica (ligada/desligada).
 7. Deverá possuir monitoramento de violação de cerca, a ser comunicado à central de alarmes;
 8. Deve ser instalada junto com aterramento.
 9. Pulso de saída entre 0,5J e 5J;
 10. Frequências de pulsos maior que 60 pulsos por minuto;
 11. Possuir índice de proteção mínimo IPX4;
 12. Permitir a instalação de cerca com no mínimo 7000m lineares;
 13. Tensão ajustável com valor máximo de ao menos 18kV;
 14. Possuir bateria para alimentação em caso de falta de energia elétrica.
 15. Deverá possibilitar o acionamento do sistema de choque através de controle remoto, bem como deverá possuir a capacidade para no mínimo 5 dispositivos sem fio;
 16. Deverá ser acompanhada de 2 controles sem fio devidamente configurados para acionamento;
 17. Possuir fonte de alimentação, com interruptor de segurança;
- 11. Locação de Cerca Eletrificada com 400m de perímetro**
1. Totalmente compatível com a Central Eletrificada, Item 10.
 2. Deve cobrir no máximo 400m de perímetro. Totalizando 2.400m lineares de cabo com as seguintes características:
 1. Fio de aço inox.
 2. Seção de 1,2mm².
 3. Possuir cabo de alta isolamento para interligação entre a Central Eletrificada e a cerca.
 3. Será fornecidas com hastes com espaçamento menor que 3m, com as seguintes características:
 1. Possuir seis vias.

2. Espaçamento de 20cm entre as vias, feito com isolador de polipropileno.
3. Isolador modelo W;
4. Big haste quadrada 25x25mm lisa;
5. Cada haste deverá apresentar uma placa de advertência: Tamanho maior que 100mm x 200mm, com fundo amarelo e inscrição na cor preta: "CUIDADO CERCA ELÉTRICA", cf. ABNT NBR IEC 60335-2-76.

12. Monitoramento e suporte dos sistemas de alarmes

1. SERVIÇOS DE MONITORAMENTO

1. Monitoramento ininterrupto, através de central própria da CONTRATADA, 24hr por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, e caracteriza-se pela recepção, registro, gerenciamento e averiguação dos sinais enviados pelos equipamentos locados e instalados nos imóveis do Poder Judiciário do Espírito Santo à Central de Monitoramento da contratada.
2. A CONTRATADA deverá possuir central de monitoramento com nível de segurança que não permita a interrupção dos serviços, devendo estar dotada, entre outros, de fonte de energia alternativa com autonomia mínima de 06 horas.
3. A Contratada deverá realizar o monitoramento e configurações da central de alarmes utilizando protocolo de comunicação robusto. A rede da Contratada deve ser imune a cortes e a defeitos na transferência de dados, podendo ser utilizado até dois, ou mais, modos de comunicação distintos em locais que a Contratada identificar dificuldades na comunicação.
4. A Contratada deverá comunicar imediatamente eventos suspeitos ou previamente definidos com a Gestão do Contrato aos responsáveis pela segurança de cada unidade.
 1. O Responsável pela segurança de cada local será indicado pela Contratante, que deverá fornecer os dados de contato.
5. A CONTRATADA ficará responsável pelo armazenamento dos eventos do Sistema de Monitoramento.
6. A CONTRATADA deverá monitorar os principais eventos de cada central de alarmes:
 1. Constatação de falha de alimentação.
 2. Perda de comunicação dos equipamentos instalados em cada sistema.
 3. Falhas na bateria.
 4. Falha de Comunicação com a central de Monitoramento.
 5. Arme e desarme fora do horário de expediente.
 6. Ausência de arme após o horário de expediente.
 7. Disparo do alarme pelos sensores, e cercas.
 8. Abertura de fechadura eletrônica fora do horário de expediente.
 9. Uso do botão de pânico.
 10. Uso de senha de coação.
 11. Outros eventos solicitados pela Assessoria de Segurança.
7. Os enumerados abaixo terão preferência na comunicação da empresa com o responsável pela segurança do local. Ou seja, a Contratada constatando o seu acionamento deverá entrar em contato imediatamente para verificar o ocorrido.
 1. Uso do botão de pânico.
 2. Uso de senha de coação.
 3. Abertura da fechadura eletrônica fora do horário de expediente.
8. A Contratada deverá apresentar ao fim de todo mês, ou, caso solicitado, em períodos menores, relatórios de ocorrências, indicando data, horário e responsável por cada arme, desarme, bem como demais eventos registrados no período.
9. A Contratada deverá disponibilizar, para o Contratante, visualização contínua via Internet aos eventos de todas as centrais de alarme instaladas, incluindo armas e desarmes, disparos, acionamentos de botão de pânico, violação de cerca elétrica, testes de centrais, entre outros. Este acesso deverá possuir *delay* máximo de 5s.
 1. Este acesso deverá ser realizado por meio de Estação de Monitoramento fornecida pela Contratada (contendo computador, mouse, teclado e monitor), conectada a uma rede de Internet também fornecida pela Contratada e instalada em sala designada no prédio sede do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
 2. Este acesso deverá possibilitar a exportação de relatórios de ocorrências, indicando data, horário e responsável por cada arme, desarme, bem como demais eventos registrados.

2. SUPORTE E CONFIGURAÇÕES DO SISTEMA DE ALARMES

1. Caberá à Contratada a programação de novos usuários, chaves, locais e grupos do sistema utilizando acesso local/remoto, sempre que solicitado pela Gestão do Contrato.
2. Realizar manutenção do banco de dados do software de monitoramento, bem como atualização dos dados cadastrais relativos aos usuários, sistemas e equipamentos monitorados.
3. Realizar, de forma remota ou *in loco*, a configuração da central de alarmes e do teclado e a criação, modificação ou exclusão de senhas do sistema de alarmes.
 1. É vedado o fornecimento da senha Master do sistema de alarmes para os usuários ou para terceiros, sem a autorização prévia do Gestor do Contrato.
 2. As solicitações de criação, modificação ou exclusão de senhas serão encaminhadas de forma exclusiva pela Gestão do Contrato mediante e-mail.
 3. As senhas criadas ou modificadas serão informadas aos usuários pela Contratada mediante contato telefônico;
4. As pessoas indicadas pelo Contratante para possuírem senhas, deverão ser treinadas e orientadas como utilizá-las, correndo às expensas da CONTRATADA todos os materiais didáticos e outros custos adicionais.

5. A Contratada deverá cadastrar cada Equipamento locado, informando a Unidade do PJES que o equipamento foi instalado, além de sua localização dentro da unidade. Essas informações tem por objetivo garantir um melhor controle da segurança patrimonial.
6. Afixar, nas áreas monitoradas, de modo bem visível, selos de segurança que contenham aviso comunicando estar o local sob vigilância monitorada, contendo o nome da empresa e o Telefone para contato.
7. A Contratada deverá executar testes diários que assegurem a integridade e perfeito funcionamento do sistema, e apresentar relatórios de problemas solucionados.
8. No período da noite e nos dias em que não houver expediente, deverá o monitoramento garantir que todo o sistema de alarme seja ativado (armado), ainda que o sistema tenha sido desligado manualmente e, por esquecimento, não tenha sido ativado, devendo o monitoramento ativar todas as zonas do local sem precisar se deslocar até o prédio; já nos locais onde houver segurança pessoal, informá-lo do fato e se inteirar da razão de tê-los desligado, solicitando do mesmo o horário em que será ativado, anotando sempre em registro próprio os fatos ocorridos.
9. A Contratada deverá realizar visita técnica para manutenção preventiva em cada localidade com frequência mínima semestral, conforme Item 10 - Forma de Execução dos Serviços.
10. A Contratada deverá realizar visitas técnicas para manutenção corretiva em cada localidade para ajustes sempre que for necessário. A necessidade de manutenção poderá ser identificada pelos usuários do sistema, pela Gestão do Contrato ou pela própria Contratada. Mais detalhes referentes à manutenção corretiva encontram-se no Item 10 - Forma de Execução dos Serviços.

6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

Em conformidade com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá adotar, durante toda a execução do contrato, práticas de sustentabilidade que abranjam as dimensões ambiental, social e econômica, comprometendo-se a:

a) Dimensão Ambiental:

1. Gestão de Resíduos Eletroeletrônicos (REEE):

Responsabilizar-se pelo descarte ambientalmente adequado de todos os equipamentos, peças, componentes, pilhas e baterias substituídos ou retirados ao final do contrato. O descarte deverá seguir as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e da Resolução CONAMA nº 401/2008.

Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, certificados de destinação final emitidos por empresas especializadas e devidamente licenciadas para o tratamento de resíduos eletroeletrônicos.

2. Eficiência Energética:

Priorizar o fornecimento de equipamentos (centrais, sensores, fontes) que possuam características de baixo consumo de energia, sem prejuízo da performance e das especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

3. Redução de Impactos na Instalação:

Adotar práticas que minimizem a geração de resíduos (entulho, sobras de cabos, embalagens) durante os serviços de instalação, manutenção e desinstalação.

Realizar a segregação e o descarte correto dos resíduos gerados em suas operações nas dependências do PJES.

b) Dimensão Social:

1. Segurança e Saúde no Trabalho:

Garantir que seus colaboradores utilizem todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para a execução segura dos serviços, em estrita observância às Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e a NR-35 (Trabalho em Altura).

Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias de seus empregados, mantendo um ambiente de trabalho digno e seguro.

2. Inclusão e Acessibilidade:

Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, devendo comprovar tal cumprimento sempre que solicitado pela fiscalização.

Não empregar mão de obra de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menor de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

3. Capacitação Profissional:

Manter sua equipe técnica permanentemente treinada e atualizada quanto às tecnologias e procedimentos de segurança empregados no objeto contratual.

c) Dimensão Econômica:

4. Durabilidade e Ciclo de Vida dos Equipamentos:

Fornecer equipamentos novos e de primeiro uso, de fabricantes com reconhecida qualidade e durabilidade no mercado, de forma a otimizar o ciclo de vida dos produtos, reduzir a necessidade de manutenções corretivas e, consequentemente, minimizar o desperdício de recursos.

5. Logística Reversa:

Estruturar e manter, às suas expensas, um sistema de logística reversa para o recolhimento e destinação adequada de pilhas, baterias e equipamentos eletrônicos substituídos ou inservíveis, conforme determina a legislação ambiental.

6. Práticas de Integridade:

Conduzir suas práticas comerciais e a execução contratual com ética e integridade, em conformidade com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normativos sobre o tema.

2. REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE

a) Comprovar periodicamente ou a qualquer momento, quando solicitado pelo gestor do Contrato, o cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

b) É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

c) É dever da contratada a promoção de práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

d) A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

e) A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

f) A contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

g) Sempre que possível, a contratada deverá utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.

h) A contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade, por meio da disponibilização de cantil/garrafa térmica individual para os empregados.

3. REQUISITOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS

A CONTRATADA deverá implementar e manter rigorosas medidas de segurança técnica e administrativa para proteger todas as informações e dados do PJES a que tiver acesso em virtude da execução do contrato, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos mesmos.

a) Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):

1. Para os fins deste contrato, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (PJES) figura como Controlador dos dados pessoais, e a CONTRATADA figura como Operadora, cabendo a ela tratar os dados pessoais estritamente de acordo com as instruções do Controlador e os limites estabelecidos neste Termo de Referência.

2. A CONTRATADA compromete-se a tratar os dados pessoais (como nomes, contatos e senhas de usuários) unicamente para a finalidade de prestação dos serviços objeto deste contrato, sendo-lhe vedado o uso para quaisquer outros fins.

3. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar e auxiliar o PJES no atendimento a eventuais requisições dos titulares dos dados, conforme dispõe a LGPD.

b) Medidas de Segurança Técnica:

1. Criptografia: Toda a comunicação entre os equipamentos instalados nas unidades do PJES e a Central de Monitoramento da CONTRATADA, bem como o acesso à plataforma de gerenciamento via internet, deverá ocorrer por meio de canais de comunicação seguros e com uso de criptografia robusta para proteger os dados em trânsito.

2. Controle de Acesso: O acesso à plataforma de gerenciamento e aos bancos de dados contendo informações do PJES será restrito a funcionários autorizados da CONTRATADA, com base no princípio do menor privilégio (acesso apenas ao que for estritamente necessário para o desempenho de suas funções). A CONTRATADA deverá implementar uma política de senhas fortes para todos os acessos.

3. Segurança da Infraestrutura: A CONTRATADA é responsável por garantir a segurança de sua própria infraestrutura tecnológica (servidores, rede, central de monitoramento), protegendo-a contra acessos não autorizados, malware e outras ameaças cibernéticas.

c) Sigilo e Confidencialidade:

1. A CONTRATADA deverá garantir que todos os seus colaboradores, prepostos ou subcontratados (se autorizados) que tenham acesso aos dados e informações do PJES assinem Termos de Confidencialidade, estendendo a eles as obrigações de sigilo previstas no contrato.

2. É expressamente vedado à CONTRATADA compartilhar, ceder, vender ou de qualquer forma transferir os dados do PJES a terceiros sem a prévia e formal autorização do Gestor do Contrato.

d) Gestão de Incidentes de Segurança:

1. A CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato, de forma imediata e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança, suspeito ou confirmado, que envolva os dados e sistemas do PJES, incluindo acessos não autorizados, vazamento de dados ou interrupção do serviço.

2. A comunicação deverá detalhar a natureza do incidente, os dados possivelmente afetados, as medidas técnicas já adotadas para mitigar o dano e um plano de ação para sanar o problema e prevenir futuras ocorrências. A CONTRATADA deverá cooperar integralmente com o PJES na investigação e resolução do incidente.

e) Término do Contrato e Exclusão de Dados:

1. Ao término da vigência contratual, a CONTRATADA deverá, em até 30 (trinta) dias, proceder à exclusão segura e definitiva de todos os dados pessoais e operacionais do PJES de seus sistemas e bases de dados, incluindo cópias de segurança.
2. Após a exclusão, a CONTRATADA deverá emitir uma declaração formal ao PJES, atestando o cumprimento desta obrigação.

4. DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total do objeto deste Termo de Referência.

Considerando a natureza do objeto e a necessidade de qualificação técnica específica, é expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor agregado, quais sejam, a locação dos equipamentos e o serviço de monitoramento remoto 24h dos sistemas de alarmes, que deverão ser executados integral e diretamente pela CONTRATADA.

A subcontratação de serviços de natureza acessória e instrumental, tais como serviços de instalação de infraestrutura civil específica (alvenaria, gesso) que não configurem a atividade principal, somente será admitida mediante prévia e expressa autorização do Gestor do Contrato.

Caso a subcontratação de serviços acessórios seja autorizada, a CONTRATADA deverá apresentar toda a documentação de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista da subcontratada para análise e aprovação do PJES, e ficará sujeita às seguintes condições:

1. A subcontratação não eximirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, que permanecerá integralmente responsável perante o PJES por todas as obrigações contratuais e por quaisquer danos causados pela subcontratada.
2. A CONTRATADA se responsabilizará pela supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como pelo cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho e demais legislações aplicáveis.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de empresas em consórcio na licitação para o presente objeto.

Justificativa: A vedação à formação de consórcio, em conformidade com o art. 15, §5º, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza singular e integrada dos serviços de locação de equipamentos, instalação e monitoramento ininterrupto. O objeto exige um único ponto de responsabilidade técnica e operacional para garantir a coesão, a padronização e a compatibilidade dos sistemas em todas as Unidades Judiciárias. A fragmentação da responsabilidade entre diferentes empresas consorciadas poderia comprometer a agilidade na resposta a incidentes críticos de segurança, a eficiência na gestão de manutenções e a comunicação centralizada, que são fatores essenciais para a eficácia do serviço contratado. Esta medida está alinhada à decisão de contratação em lote único, que visa a excelência e a uniformidade do serviço prestado.

6. DA VISTORIA

Será facultado aos licitantes a realização de Vistoria Técnica para avaliação das condições dos locais onde os serviços serão executados, permitindo o levantamento de todas as informações e condições locais para o cumprimento do objeto da licitação.

Considerando o elevado número de localidades, e para fins de representatividade das diferentes estruturas prediais do PJES, serão disponibilizadas para visitação unidades de pequeno, médio e grande porte, a serem definidas e informadas no Edital de Licitação. A visita a estas unidades será considerada suficiente para o conhecimento pleno das condições de execução do objeto.

O agendamento da vistoria deverá ser realizado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do dia pretendido para a visita, por meio de contato com a Assessoria de Segurança Institucional, através de e-mail e telefone a serem divulgados no Edital.

A vistoria deverá ser realizada por um representante técnico da empresa licitante, devidamente identificado. Ao final da visita, será fornecido um Atestado de Vistoria emitido pela unidade visitada.

A não realização da vistoria não eximirá o licitante da responsabilidade por todas as condições e dificuldades inerentes aos locais. Todos os licitantes, independentemente de terem realizado a visita técnica, deverão apresentar, junto à sua proposta, uma Declaração de Conhecimento Pleno das Condições de Execução dos Serviços, em conformidade com o modelo a ser disponibilizado no Edital, atestando que:

1. Têm pleno conhecimento do objeto da licitação, das especificações do Termo de Referência e seus anexos.
2. Conhecem as condições locais para a execução dos serviços, incluindo infraestrutura, acessos e demais peculiaridades.
3. Assumem total responsabilidade por eventuais equívocos ou omissões em sua proposta, não podendo utilizá-los como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou para pleitear acréscimos de valor.

7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. Os serviços deverão ser executados nos locais indicados no ANEXO I - Quantitativo de equipamentos por localidade (2776174);
2. **Quanto à instalação inicial dos equipamentos**
 1. A instalação dos equipamentos deverá ocorrer em até 90 dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Início dos Serviços (OS).
 2. Cada Ordem de Início de Serviços será limitada à 50 localidades.
 3. Os equipamentos empregados no Contrato deverão ser novos, de primeiro uso e atender as especificações do Item 5.
 4. Dentro do prazo de 60 dias a CONTRATADA deverá **disponibilizar Acesso à interface de monitoramento**, feita pela contratada, necessários para o monitoramento e acesso por parte da Gestão do Contrato, conforme Item 5.12.9.
 5. Na Ordem de Início dos Serviços estará discriminadas as localidades que serão contempladas na instalação, essas localidades serão escolhidas pela Administração com base nas necessidades de segurança levantadas à época.
 6. A contar do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Serviço a contratada terá:
 1. **7 dias corridos** - Para apresentar cronograma de instalação de todos os locais previsto na OS.
 1. A Gestão do Contrato poderá, em até 5 dias corridos, realizar as alterações que achar necessárias no cronograma para melhor atendimento das necessidades do PJES.
 2. **30 dias corridos** - Para iniciar os serviços de instalação conforme cronograma do item anterior.
 3. **90 dias corridos** - Para finalizar a instalação de todos os locais previstos na OS, e iniciar os serviços de monitoramento das unidades.

7. Requisitos mínimos de infraestrutura de cabeamento

1. A instalação do cabeamento necessário ao funcionamento do sistema deverá atender aos seguintes requisitos:
 1. O cabeamento, preferencialmente, deverá ser passado acima dos forros e em locais não aparentes.
 2. Caso haja necessidade de utilização de infraestrutura aparente a mesma deverá seguir o seguinte padrão:
 1. Paredes, tetos e áreas internas: Canaletas de PVC parafusadas ou adesivadas por fita dupla face.
 2. Paredes externas, muros e áreas externas: Eletroduto de PVC rígido.
2. A Contratada será responsável pela passagem de toda fiação e cabeamento necessários para interligação dos equipamentos do sistema, devendo a mesma arcar com a recomposição de gessos, pintura de paredes, fechamento de buracos, recomposição de rebocos e outros itens de alvenaria que forem danificados durante a instalação.

3. Quanto às solicitações de mudanças de localização de equipamentos

1. Caso haja necessidade justificada, a Contratante poderá solicitar à Contratada a retirada e reinstalação de equipamentos locados, no presente contrato, para outros locais.
2. A retirada e reinstalação deverão ser previstos em Ordem de Serviço próprias, onde deverá ser especificado os equipamentos, os locais de retirada e o local de reinstalação.
3. O prazo máximo para realização do serviço será de 15 dias corridos a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Serviço pela contratada. Entretanto, a depender das mudanças solicitadas o Contratante poderá especificar um prazo maior.
4. Cada Ordem de Serviço de mudança de localização ou remanejamento de equipamentos se limitará a contemplar 4 localidades.

4. Quanto à manutenção corretiva dos equipamentos.

1. Deverá ser contemplada a manutenção, com assistência técnica incluindo o fornecimento de peças, equipamentos e mão de obra para a manutenção e configuração dos equipamentos instalados.
2. A Assistência técnica aos equipamentos locados no Contrato será realizada, sempre que forem identificados problemas nos sistemas de alarmes instalados.
3. A solicitação de manutenção será encaminhada à CONTRATADA por e-mail em endereço eletrônico que deve ser informado pela CONTRATADA, ficando esta responsável pelas providências necessárias à solução do problema descrito.
4. O envio de Ordens de Serviço poderá ser realizado diretamente pelo setor da Contratante responsável pela gestão do Contrato ou pelas secretarias dos prédios que abrigam as Unidades Judiciárias, mediante sistema de abertura de chamados desenvolvido pela Contratante.
5. Os prazos de assistência técnica serão os seguintes:

TIPO DE UNIDADE	PRAZO PARA ATENDIMENTO DO CHAMADO
Unidades na Grande Vitória (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória)	48 horas a partir do recebimento da Ordem de Manutenção.
Unidades nos demais municípios do Estado	120 horas a partir do recebimento da Ordem de Manutenção.

6. A CONTRATADA deve possuir equipe e Infraestrutura suficiente para receber via e-mail as “Ordens de Manutenção” enviadas.
7. Ao realizar o atendimento, a equipe técnica da CONTRATADA deverá elaborar uma Ordem de Manutenção, a ser encaminhada à CONTRATANTE, onde deverão ser relatados:
 1. Data e horário de chegada para o atendimento;
 2. Data e horário a partir da qual o equipamento retornou à condição normal de funcionamento;
 3. Descritivo detalhado das intervenções realizadas para a solução do problema.
8. A Ordem de Manutenção deve ser atestada por um usuário da localidade onde o serviço foi realizado.
9. Cada “Ordem de Manutenção”, completamente preenchida, deve ser encaminhada à CONTRATANTE até 02 (dois) dias úteis após a conclusão do serviço para conclusão do chamado original.
10. O Serviço prestado deverá englobar além da manutenção corretiva além de vistorias técnicas no atendimento de ocorrências.
11. A Contratada arcará com as despesas decorrentes da retirada, manutenção, envio, devolução e reinstalação do equipamento submetido à manutenção corretiva.
 1. Todas as peças ou equipamentos a serem trocados devem ser novos, de primeiro uso e compatíveis com o sistema e de qualidade equivalente ou superior conforme Item 5.
12. Executar, diariamente, todos os testes necessários para assegurar a integridade e perfeito funcionamento do sistema, e apresentar relatório de problemas solucionados.

5. Quanto às rotinas de manutenção preventiva dos equipamentos.

1. A equipe técnica da Contratada deverá realizar vistoria de manutenção preventiva em cada localidade ao menos uma vez por semestre;
2. Esta manutenção é destinada a prevenir a ocorrência de quebras, defeitos nos componentes do sistema, queda de rendimento dos equipamentos, mantendo-os em perfeito estado de funcionamento, conservação, limpeza, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.
3. Antes da realização dos serviços de manutenção a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE o cronograma de realização dos serviços, indicando os dias e horários que serão realizadas as rotinas de manutenção em cada unidade.

4. Durante as rotinas de manutenção a CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços, de acordo com as Normas Brasileiras e, outras normas aplicáveis.

6. Quanto à retirada final dos equipamentos ao fim do Contrato

1. A retirada dos equipamentos deverá ocorrer em até 60 dias corridos a contar da data de encerramento do Contrato.
2. A Contratada terá os seguintes períodos para retirar todos os equipamentos e infraestrutura instalados em razão do contrato, além da recomposição de todos os danos gerados pela instalação.
 1. **Prédios da Grande Vitória - 30 dias corridos.**
 2. **Prédios fora da Grande Vitória - 60 dias corridos.**
3. Os prazos em questão poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados à critério da Administração do PJES.

8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do objeto será rigorosamente acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Todo o procedimento de gestão contratual obedecerá ao disposto no **Manual de Gestão de Contratos Administrativos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo** e às diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência.

1. Atores da Fiscalização

- **Gestor do Contrato:** Servidor designado como responsável por coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual. Compete a ele a tomada de decisões relativas à execução do contrato, a aplicação de sanções (quando cabível), a gestão de repactuações ou reajustes e a interlocução oficial com a CONTRATADA e seu preposto para solução de questões estratégicas e administrativas.

2. Designação do Preposto da Contratada

Antes do início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá designar formalmente um **preposto**, que será o seu representante legal para todos os atos relacionados à execução do contrato.

- O preposto deverá ter poderes para tomar decisões, receber notificações, responder a questionamentos e atender prontamente às solicitações do Gestor e dos Fiscais do Contrato.
- A CONTRATADA deverá fornecer o nome completo, cargo, e-mail e telefones de contato do preposto, mantendo essas informações permanentemente atualizadas.
- Qualquer substituição do preposto deverá ser comunicada formalmente à CONTRATANTE com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

3. Instrumentos de Acompanhamento e Fiscalização

A fiscalização será realizada por meio dos seguintes instrumentos:

- **Instrumento de Medição de Resultado (IMR):** A qualidade e a conformidade dos serviços serão avaliadas mensalmente com base nos critérios e na metodologia definidos no **ANEXO II - Instrumento de Medição do Resultado (IMR)**. O resultado da avaliação (Índice de Serviços Realizados - ISR) poderá gerar descontos no valor da fatura em caso de desempenho insatisfatório, além da aplicação das sanções cabíveis.
- **Ordens de Serviço (OS):** A demanda para instalação, remanejamento, manutenção corretiva ou qualquer outra atividade prevista no contrato será formalizada por meio de Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá dar cumprimento a todas as OS nos prazos estipulados.
- **Relatórios Mensais:** A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatórios detalhados de todos os eventos registrados (armes, desarmes, disparos, falhas), das manutenções realizadas e do desempenho geral do sistema, conforme especificado neste Termo.
- **Vistorias e Diligências:** A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo e sem aviso prévio, realizar vistorias nas instalações e auditorias nos sistemas da CONTRATADA para verificar o cumprimento das obrigações contratuais, incluindo as de segurança da informação e proteção de dados.

O quadro abaixo sintetiza os principais pontos de controle da fiscalização:

Critério de Avaliação	O que será observado?	Como será medido?
Qualidade Instalação	da Conformidade com as normas técnicas, acabamento dos serviços, organização do cabeamento.	Vistoria técnica após a finalização da instalação e aceite formal pelos fiscais.
Cumprimento Prazos	de Atendimento aos prazos de instalação, manutenção corretiva e demais solicitações.	Controle das datas de abertura e encerramento das Ordens de Serviço. Aplicação do IMR.
Disponibilidade Sistema	do Funcionamento ininterrupto do monitoramento e dos equipamentos.	Análise dos relatórios de eventos e verificação de falhas de comunicação ou de equipamentos. Aplicação do IMR.
Qualidade Suporte	do Agilidade e eficácia no atendimento às solicitações, clareza na comunicação.	Avaliação subjetiva dos fiscais e registro de ocorrências.
Conformidade Documental	Entrega pontual dos relatórios mensais e manutenção da regularidade fiscal e trabalhista.	Conferência mensal da documentação que acompanha a nota fiscal.

9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

1. Os equipamentos necessários ao funcionamento do monitoramento serão fornecidos instalados, configurados e prontos para o monitoramento a ser realizado pela empresa contratada.

Dessa forma os serviços serão recebidos ao final de cada mês através da apresentação do relatório mensal de monitoramento, conforme item 5 – Características do Objeto.

Por se tratar de serviço de prestação continuada com medições mensais:

2. O **Recebimento Provisório** será feito imediatamente após a apresentação das notas fiscais de faturamento mensal e documentos complementares pela Empresa CONTRATADA.
3. O **Recebimento Definitivo** será dado mensalmente após a avaliação dos documentos apresentados pela CONTRATADA e o ateste definitivo das Notas Fiscais pelos gestores administrativos do Contrato.
4. Na avaliação dos serviços contratados será utilizado formulário contendo os fatores de avaliação elaborados pela CONTRATANTE, o IMR – Instrumento de Medição do Resultado – **ANEXO II 2776178**, o qual atribuirá número de ocorrências e pontuação para cada fator avaliado, cujo resultado final será obtido pela média aritmética dos subindicadores do **ANEXO II 2776178**. O resultado da média será o Índice de Serviços Realizados (ISR). Após aplicação da medição, se o valor ajustado da fatura estiver abaixo de 100% (cem por cento) do valor mensal do Contrato, será gerado um desconto proporcional para o próximo faturamento.
5. A CONTRATADA deverá tomar ciência da avaliação pelo gestor administrativo para que possa fazer a emissão do documento fiscal com a dedução informada.
6. Se o valor ajustado da fatura estiver abaixo de **90%**, ficará a contratada automaticamente ADVERTIDA em razão da insuficiência na prestação dos serviços.
7. Caso a ocorrência do parágrafo anterior se repita 03 (três) vezes, consecutivas ou não, a cada intervalo de 12 (doze) meses, poderá ocasionar a rescisão contratual, além das cominações legais e contratuais previstas por revelar que a CONTRATADA não reúne condições para a prestação dos serviços contratados.
8. Para fins de adequação e ambientação, em relação ao primeiro mês de faturamento, a avaliação não surtirá efeitos financeiros, figurando apenas como instrumento didático e educativo.
9. A forma de medição engloba critérios de ocorrências (item 1 ao 3 e 5) e faltas (item 4). Em relação ao item 4, não haverá ajuste, ou contabilização da falta, caso a ausência de cobertura de posto tenha ocorrido no interesse da Administração e/ou autorizado por ela.
10. O pagamento será mensal, efetuado até o décimo dia útil de cada mês, após a prestação dos serviços e com a apresentação da nota fiscal atestada pelo gestor do contrato.
11. As faturas deverão estar acompanhadas, obrigatoriamente, de todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista:
 - Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
 - Planilha de Medição dos serviços com as informações dos serviços concluídos no mês, contendo valor unitário e valor total a ser pago/faturado.
3. Considerando que o serviço de Manutenção Preventiva será realizado de forma trimestral, o mesmo será pago a cada 03 (três) meses, em conjunto com as Manutenções Corretivas ou Operações Assistidas que forem executadas no último mês.
4. A empresa CONTRATADA será responsável por todos os custos com os impostos e encargos, devendo os mesmos estar incluídos nos valores lançados para faturamento.
5. A CONTRATANTE, em hipótese alguma, efetuará pagamentos de reajuste, correção monetária ou encargos financeiros correspondentes a atraso na apresentação dos documentos de cobrança corretos.
6. A nota fiscal que for apresentada com erro, inconsistência ou sem algum dos documentos acessórios descritos no item 12.2, será devolvida para retificação, acrescendo-se, ao prazo fixado para o pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a data de reapresentação.
7. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o TJES.
8. Pelo atraso injustificável no pagamento, o TJES pagará reajuste monetário com base no IGP-M e juros de mora à base de 1% (um por cento) ao mês;
9. O pagamento será creditado em conta corrente bancária indicada na Nota Fiscal, devendo ficar explícitos o banco, agência, localidade e número da conta corrente.
10. O pagamento referente ao valor da nota fiscal somente será feito por Ordem Bancária.
11. Para efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições previstas no edital no que concerne a proposta e habilitação.
12. **Medidas Acauteladoras:** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
13. **Do Reajustamento**
 1. Os preços unitários dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do IGP-M do período especificado.

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1. Forma de Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor será realizada por meio de Pregão, na forma Eletrônica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações constantes neste Termo de Referência.

2. Critério de Julgamento

O critério de julgamento da proposta será o de Menor Preço por Lote Único. A contratação por lote único visa garantir a padronização da solução, a eficiência na gestão do contrato e a integração operacional dos sistemas, evitando o risco de incompatibilidade técnica entre equipamentos e plataformas de monitoramento de diferentes fornecedores.

Será declarada vencedora a licitante que apresentar a proposta de menor preço global para o lote, desde que esta seja considerada exequível, atenda a todas as especificações técnicas e funcionais exigidas neste Termo de Referência e seus anexos, e que a licitante cumpra todos os requisitos de habilitação definidos no Edital.

3. Requisitos de Habilitação – Qualificação Técnica

Conforme o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, para a comprovação da aptidão para o desempenho da atividade, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação relativa à sua qualificação técnica:

1. Registro Profissional

Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do estado de sua sede, em plena validade, e cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

2. Responsável Técnico

Indicação de profissional de nível superior com formação em Engenharia (Eletricista, de Telecomunicações, Eletrônica, de Controle e Automação ou área correlata), na condição de Responsável Técnico.

O profissional indicado deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA, que comprove sua responsabilidade técnica por execução de serviços de instalação, manutenção ou monitoramento de sistemas de alarme ou segurança eletrônica, com características semelhantes às do objeto licitado.

A licitante deverá comprovar o vínculo do profissional indicado com a empresa, seja como parte de seu quadro técnico permanente (cópia da ficha de registro ou CTPS) ou por meio de contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil.

3. Capacidade Técnico-Operacional

Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificados, comprovando que a licitante já executou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

Para fins de comprovação, e em observância à Súmula nº 263/2011 do TCU, a licitante deverá comprovar a execução dos seguintes quantitativos mínimos, referentes às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Locação, instalação ou manutenção de, no mínimo, 400 (quatrocentos) sensores de movimento (podendo ser a soma de sensores internos, externos, com ou sem fio);

Prestação de serviço de monitoramento de, no mínimo, 30 (trinta) sistemas de alarmes distintos dentro de um período de 24 meses.

4. Declaração de Conhecimento das Condições

Apresentação de declaração, conforme modelo do Edital, de que a licitante tomou pleno conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, incluindo a análise completa deste Termo de Referência e seus anexos. Esta declaração supre a necessidade de realização de vistoria obrigatória, não podendo a licitante alegar desconhecimento como justificativa para se eximir das obrigações contratuais.

11 - GARANTIA CONTRATUAL

1. A contratada prestará a garantia contratual em uma das modalidades a seguir no valor de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato:
2. **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública** emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
3. **Seguro-garantia;**
4. **Fiança bancária** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
5. **Título de capitalização** custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
6. A garantia contratual deve garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos contratuais até o valor da garantia fixada, e de acordo com as coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação de licitação e de contrato principal pertinente a serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, quanto a ação ou omissão do tomador no contrato de seguro, a contratada, que seja causa de:
 1. A garantia contratual não afasta o direito da Administração ao ingresso em ações judiciais pela desobediência contratual.

A contratada terá um prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia contratual se escolhida a modalidade seguro-garantia.

A vigência da garantia deve iniciar-se com a vigência contratual, ou com a assinatura do contrato, e estender-se por ao menos mais 05 (cinco) meses, exceção feita no caso do futuro contratado optar pelo seguro-garantia, quando o prazo de vigência deste deverá corresponder à vigência contratual.
 2. condenação ou, qualquer outro prejuízo, oriundo de desobediência a regulamentos administrativos;
 3. pagamento de multas;
 4. pagamento de indenizações, inclusive a terceiros;
7. condenação ou, qualquer outro prejuízo, oriundo de processos administrativos, judiciais, trabalhistas, previdenciários ou qualquer outro, inclusive execuções fiscais;

12 - GARANTIA DO OBJETO

1. Não se aplica.

13 - DEVERES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA**1. Deveres da Contratada:**

1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o estipulado no Contrato, seus anexos e na sua proposta, e em especial:

1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
2. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, a Administração ou a terceiros;
3. Havendo necessidade de utilização de empregados, utilizá-los devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
4. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
5. Não transferir a terceiros a locação de equipamentos e o serviço de monitoramento remoto dos sistemas de alarmes locados.
6. relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
7. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
8. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto por ocorrência de evento motivador previsto na legislação vigente.
10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 dias úteis, cujas reclamações se obriguem prontamente a atender;
11. A CONTRATADA deverá retirar das instalações do CONTRATANTE, ao término do contrato, os seus bens ou quaisquer sistemas instalados;
12. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar os profissionais nesse sentido;
13. A CONTRATADA não poderá reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da prestação dos serviços;
14. Manter durante a vigência do Contrato, e possíveis prorrogações, as mesmas condições para sua contratação, com a Contratante Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;
15. Assumir todos os possíveis danos, físicos ou materiais, causados ao Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;
16. Realizar os serviços de que trata o presente objeto nos prazos estipulados e apresentar os documentos solicitados pelo gestor do contrato, nos prazos previamente notificados;
17. Comunicar ao gestor do Contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
18. Manter equipe técnica compatível em quantidade e qualidade suficientes para garantir a perfeita e ininterrupta execução dos serviços contratados, não sendo aceitável atraso sob a justificativa de férias, descanso semanal, licenças em geral, falta ao serviço, demissão ou outros análogos;
19. Acatar a fiscalização, as orientações e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor do contrato;
20. Facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitos pelo gestor do contrato;
21. Propor, à CONTRATANTE, alternativas para solução de problemas que venham ocorrer no transcurso dos serviços, levando em consideração os aspectos econômicos e temporais envolvidos;
22. Deverão ser realizadas manutenções preventivas e corretivas sempre que necessário, segundo normas do fabricante, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
23. A CONTRATADA deverá manter peças em estoque para rápida substituição em caso de quebra ou mau funcionamento dos equipamentos;
24. Caso ocorra algum defeito que exija a remoção dos equipamentos, a CONTRATADA responsável deverá instalar imediatamente um produto substituto igual ou equivalente, com as mesmas especificações contidas neste edital, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, evitando a interrupção do serviço;
25. Os serviços de manutenção deverão gerar relatórios para cada visita, explicitando dados da ocorrência, identificação dos itens verificados, descrição de ações decorrentes e resultado final de cada inspeção;
26. A CONTRATANTE deverá ser alertada sobre qualquer anomalia, total ou parcial, no funcionamento da Solução, de forma imediata à constatação dessa.
27. A ferramenta de abertura de chamados deverá permitir registrar e acompanhar os chamados e gerar relatórios informando, no mínimo, o problema reportado, o tempo de indisponibilidade dos componentes e o decorrido entre a abertura do chamado e sua efetiva conclusão, as atividades desenvolvidas em função do chamado e a identificação dos usuários e técnicos envolvidos, de forma a contribuir para apuração do atendimento aos níveis de serviços exigidos.

28. Os equipamentos necessários ao funcionamento do monitoramento deverão ser fornecidos, instalados, configurados e prontos para o monitoramento a ser realizado pela empresa contratada.
29. Apresentação do relatório mensal de monitoramento.

2. Deveres da Contratante:

1. A CONTRATANTE, através da Assessoria de Segurança Institucional, obriga-se a cumprir fielmente o estipulado no Termo de Referência e em especial:
 1. Designar o gestor do contrato, titular e substituto;
 2. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio do preposto;
 3. Cumprir e fazer cumprir o disposto no Termo de Referência, Edital e Contrato e seus anexos;
 4. Anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
 5. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados;
 6. Informar à CONTRATADA nome e telefone do gestor do Contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
 7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos serviços;
 8. Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues, se em desacordo com o Termo de Referência e normas técnicas vigentes;
 9. Suspender ou paralisar todo e qualquer serviço em andamento que não esteja sendo executado dentro das normas técnicas vigentes e demais aplicáveis à espécie;
 10. Determinar o afastamento imediato de profissionais que se mostrem inadequados para conduzir ou executar serviços;
 11. Não aceitar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiras, etc.;
 12. Assegurar o livre acesso às áreas envolvidas na execução do serviço, de pessoa(s) credenciada(s) pela CONTRATADA, prestando-lhes os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
 13. Controlar, acompanhar e fiscalizar toda a execução dos serviços;
 14. Esclarecer toda e qualquer dúvida arguida pela CONTRATADA.

14 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, de inexecução parcial ou de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
 1. Advertência;
 2. Multa;
 3. Suspensão temporária de participação em licitação com o PJES;
 4. Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, na forma do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;
 5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
2. Será aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
 1. Descumprimento de quaisquer obrigações previstas no Termo de Referência e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis;
 2. Descumprimento de exigências apresentadas pela FISCALIZAÇÃO ao longo da execução dos serviços.
3. Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
 1. **0,1% (um décimo por cento)** sobre o valor mensal do Contrato, por ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

Item	Descrição	Inidência
i.	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	Por ocorrência e por dia
ii.	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	Por ocorrência
iii.	Fornecer informação falsa sobre execução de serviço ou solicitação de substituição de material.	Por ocorrência
iv.	Retirar das dependências do contratante quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	Por ocorrência
v.	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada	Por dia e por ocorrência
vi.	Atrasar a instalação ou a retirada dos equipamentos previstos no contrato.	Por dia e por item

2. **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** sobre o valor mensal do contrato no caso de a contratada:

Item	Descrição	Inidência
i.	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	Por serviço e por dia
ii.	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	Por item e por ocorrência
iii.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	Por ocorrência (sem prejuízo do ressarcimento dos danos ao patrimônio)
iv.	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	Por ocorrência
v.	Deixar de monitorar qualquer equipamento local em decorrência de problemas no próprio equipamento ou na infraestrutura de comunicação	Por item e por ocorrência
vi.	Extrapolar em até TRÊS vezes o prazo para atendimento da manutenção corretiva	Por ocorrência.

3. **0,6% (zero vírgula seis por cento)** ao dia sobre o valor mensal, no caso de atraso no início ou encerramento dos serviços de instalação ou remoção dos equipamentos.
 1. Ressalta-se que cabe à Contratada, ao formular a proposta e assinar o contrato, adotar as providências necessárias para assegurar o cumprimento da obrigação contratual de forma tempestiva (formação de estoque, emissão da Ordem de Fornecimento ou pedido de troca de marca/modelo).
4. **1% (um por cento)** ao dia sobre o valor mensal, no caso da suspensão ou interrupção dos serviços de monitoramento, salvo por motivo de força maior ou caso sem prévia ciência e autorização da Contratante.
5. **1% (um por cento)** por ocorrência sobre o valor mensal, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
6. **0,05% (cinco centésimos por cento)** do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.
7. **0,2% (zero vírgula dois por cento)** do valor mensal do contrato por ocorrência e por dia, no caso da CONTRATADA deixar de manter ou atrasar a instalação de sede, filial ou escritório de atendimento na Região Metropolitana de Vitória/ES. No caso de atraso superior a 30 (trinta) dias a empresa CONTRATADA estará sujeita a rescisão contratual.
8. **10% (dez por cento)** sobre o valor total da parcela do contrato quando ocorrer inexecução parcial do objeto, OU sobre o valor total do contrato quando houver inexecução total.
9. **Suspensão temporária:** Será aplicada por prazo não superior a 02 (dois) anos, na hipótese de execução irregular, atraso ou inexecução total de que resulte prejuízo para o PJES.
10. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na hipótese em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal, entre outros casos, quando a CONTRATADA:
 1. Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 2. Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
 3. Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o PJES, em virtude de atos ilícitos praticados;
 4. Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio do PJES;
 5. Cometer ato capitulado como crime pela Lei nº. 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do PJES após a assinatura do contrato;
 6. Apresentar ao TJES qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
 7. Reincidência na prática de atos cominados com a pena de suspensão temporária;
 8. Permanência comprovada dos fatos que ensejaram a aplicação de penalidades;
 9. Incurrir em inexecução total do objeto.
11. **Impedimento de Licitar e Contratar com o Estado do Espírito Santo**, com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002, para aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
12. Para fins de cálculo de multa, a data de início da infração será considerada a data de detecção do problema pelos fiscais, salvo se a data exata de início do cometimento da infração puder ser determinada com precisão, podendo o Gestor do Contrato realizar consulta aos fiscais do Contrato, utilizar o Sistema de Monitoramento por Câmeras ou analisar os Relatórios de Supervisão para tal.
13. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente.
14. Constatada uma irregularidade, será facultado ao Gestor do Contrato a abertura de um prazo para regularização da situação, respeitando-se os seguintes itens:
 1. O prazo para solução da irregularidade será diretamente proporcional à sua complexidade, inversamente proporcional à gravidade e nunca superior a 30 (trinta) dias corridos;

2. Em caso de não regularização dentro do prazo concedido, para fins de cálculo de multa, a data de início da infração será considerada a data de detecção do problema pelos fiscais, observado o item 15.7.
15. A aplicação das multas previstas não exime a CONTRATADA de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.
16. Os valores das multas porventura aplicadas, poderão ser abatidos das faturas voluntariamente pela CONTRATADA, pagos por ela, descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
17. Será caracterizado como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.
18. A sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, da abertura de vista.
19. As aplicações de penalidades deverão ser precedidas da concessão da oportunidade de ampla defesa para a CONTRATADA, na forma da lei.
20. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:
 1. A Administração poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo.
 2. As penalidades aqui previstas serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo ou judicial, quando for o caso, não eximindo o licitante de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.
 3. A apuração das penalidades deverá se realizar em processo administrativo autônomo, de iniciativa do gestor do contrato, a ser conduzido pela Secretaria Geral do Tribunal, e apensado, ao final do procedimento de apuração, ao contrato originário.
 4. Na hipótese de o gestor sugerir a rescisão do contrato, deverá avaliar o efeito da medida e o impacto operacional da decisão sobre a continuidade da execução do contrato.
 5. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:
 1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, sendo isso condição para a validade da aplicação das penalidades cabíveis;
 2. A notificação, indicando, no mínimo: a conduta da CONTRATADA reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa, e deverá ocorrer:
 1. preferencialmente por e-mail para o endereço fornecido, desde que respondido, quando deverão ser juntadas aos autos tanto a mensagem enviada como a resposta e deverão conter claramente o endereço de e-mail fornecido pela contratada; ou
 2. pessoalmente, com ciência nos autos;
 3. por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), quando devem ser juntados aos autos cópia da correspondência e do aviso de recebimento devidamente assinado;
 6. Serão consideradas eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado pela CONTRATADA, na ausência de comunicação por parte dessa de qualquer alteração, tendo em vista a obrigação da CONTRATADA de comunicar ao gestor do contrato as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato;
 7. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento ou ciência da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos.
 8. A defesa prévia apresentada contra a notificação com vista à aplicação de sanção administrativa será dirigida a Subsecretaria Geral do Tribunal e encaminhada ao gestor do contrato para se manifestar e propor penalidade a ser aplicada, ouvidas as unidades do Tribunal eventualmente mencionadas na defesa;
 9. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, após manifestação do gestor do contrato, a Subsecretaria Geral do Tribunal de Justiça, ouvida a Assessoria Jurídica da Presidência, acatará a proposta do gestor ou indicará outra penalidade ou medida mais adequada ao descumprimento contratual;
 10. A aplicação de penalidades ao contratado cabe à Secretaria Geral do Tribunal de Justiça, que proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONTRATADA.
 11. As penalidades aplicadas, assim como as possivelmente afastadas, em vista do teor da defesa apresentada deverão integrar os registros da CONTRATADA no Tribunal de Justiça;
 12. Qualquer descumprimento contratual será penalizado, salvo se as justificativas apresentadas pelo contratado forem aceitas pela Administração, caso em que a contratada poderá ser advertida de que novas ocorrências poderão acarretar aplicação de penalidade;
 13. O valor da multa aplicada será:
 1. retido dos pagamentos devidos pela Administração;
 2. pago por meio de Documento Único de Arrecadação - DUA;
 3. descontado do valor da garantia prestada; ou
 4. cobrado judicialmente.
 14. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

15. Apurado o valor da multa e não pago, após as cautelas legais será descontado dos valores eventualmente devidos pelo PJES. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.
21. Qualquer descumprimento contratual será penalizado, salvo se as justificativas apresentadas pela CONTRATADA forem aceitas pela Administração, caso em que a CONTRATADA poderá ser advertida de que novas ocorrências poderão acarretar aplicação de penalidade.
22. A perda da regularidade fiscal ou trabalhista no curso do Contrato poderá ensejar sua rescisão com aplicação das penalidades previstas para o caso de inexecução total ou parcial, passível, se for o caso, de execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à administração.
23. Os atos administrativos de aplicação das sanções porventura aplicadas serão registrados no SICAF.
24. Para efeito de aplicação de penalidades, a contagem dos prazos processuais inicia-se a partir da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da comunicação expedida pelo setor competente deste Órgão.

15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Seção de Compras do TJES realizou pesquisa de preços médios praticados no mercado para **Contratação de empresa especializada para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Locação de Equipamentos e Monitoramento de Sistemas de Alarmes 24h por dia, 7 dias por semana**, estando os preços detalhados na Planilha (2702809). Porém, tal pesquisa considerou uma contratação com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, não 24 (vinte e quatro) meses conforme o presente Termo de Referência. O valor levantado na referida pesquisa foi de R\$ 9.350.899,80

Desta forma, considerando o valor proporcional, estimamos que a contratação terá valor aproximado de **R\$ 3.740.359,92**.

Ademais, será realizada nova pesquisa de preços para atualização dos valores máximos aceitáveis.

16 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Programa de Trabalho: 10.03.901.02.061.0023.2078.

Ação Orçamentária: 2078 - Efetividade na Prestação Jurisdicional.

Projeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância eletrônica através de sistemas de alarmes.

Plano Orçamentário: 989 - Assessoria de Segurança Institucional.

Elementos de despesa:

1. Itens 5.1 a 5.11 - **3.3.90.39.12**
2. Item 5.12 - **3.3.90.39.77**

19 - INDICAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO:

Gestor Titular: Vitor Rabbi Baldi

Gestor Substituto: Kaio Fardim.

Assinam este documento, o servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência, sua chefia imediata e o Secretário da Unidade.



Documento assinado eletronicamente por **ARTUR HENRIQUE MATOS DA CUNHA, ASSESSOR DE NIVEL SUPERIOR**, em 15/10/2025, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2891157** e o código CRC **104F498E**.